

**DIREITO E SEUS
DESAFIOS
SOCIOAMBIENTAIS
E TECNOLÓGICOS
NAS DEMOCRACIAS
CONTEMPORÂNEAS**

**ORGANIZADORES
ANTÔNIO CARLOS EFING
CATARINA SANTOS BOTELHO
LEONARDO CACAU SANTOS LA BRADBURY**



**EDITORA ÍTHALA
CURITIBA – 2021**

CONSELHO EDITORIAL

Ana Claudia Santano – Professora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia, do Centro Universitário Autônomo do Brasil Unibrasil. Pós-doutora em Direito Público Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora e mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad de Salamanca, Espanha.

Daniel Wunder Hachem Professor de Direito Constitucional e Administrativo da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor e mestre em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Executivo da Rede Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo.

Emerson Gabardo – Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-PR. Professor Associado de Direito Administrativo da UFPR. Doutor em Direito do Estado pela UFPR com Pós-doutorado pela Fordham University School of Law e pela University of California - UCI (EUA).

Fernando Gama de Miranda Netto – Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense e membro do corpo permanente

do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito da mesma universidade.

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro – Doutora em Direito Econômico e Social pela PUC-PR. Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora de Direito Administrativo da UFC-CE. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo - ICDA. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA e coordenadora Regional do IBDU.

Luiz Fernando Casagrande Pereira – Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo. Autor de livros e artigos de processo civil e direito eleitoral.

Rafael Santos de Oliveira – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e graduado em Direito pela UFSM. Professor na graduação e na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Curso de Direito e editor da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global e da Revista Eletrônica do Curso de Direito da mesma universidade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

D598

Direito e seus desafios socioambientais e tecnológicos nas democracias contemporâneas / organização de Antônio Carlos Efig, Catarina Santos Botelho, Leonardo Cacau Santos La Bradbury – Curitiba: Íthala, 2021.
393p.: il.; 22,5cm

Vários colaboradores

ISBN: 978-65-5765-055-4

1. Direito – Aspectos sociais. 2. Direito Aspectos ambientais. 3. Direito Aspectos econômicos. 4. Direito Aspectos tecnológicos. I. Efig, Antônio Carlos (org.). II. Botelho, Catarina Santos (org.). III. Bradbury, Leonardo Cacau Santos La (org.).

CDD 340.1 (22.ed)

CDU 340

Editora Íthala Ltda.
Rua Pedro Nolasko Pizzatto, 70
Bairro Mercês
80.710-130 – Curitiba – PR
Fone: +55 (41) 3093-5252
+55 (41) 3093-5257
<http://www.ithala.com.br>
E-mail: editora@ithala.com.br

Capa: Raro de Oliveira



Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores a emissão de conceitos publicados na obra. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Íthala. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

PARTE I - DIREITO E SEUS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

CAPÍTULO 1

OS ATUAIS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS DO CONSUMO	37
Introdução	37
1. Os atuais problemas socioambientais	38
2. Óbices à sustentabilidade	42
3. O estado socioambiental de direito	43
4. A indispensabilidade da informação correta e clara aos consumidores para engajamento e combate aos problemas socioambientais	46
Conclusão	51

CAPÍTULO 2

OS DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS	53
1. O Estado constitucional democrático e o fortalecimento do poder judiciário	53
2. A jurisdição constitucional e a interpretação evolutiva e dinâmica	64
3. Judicialização da política versus ativismo judicial e as consequências para a democracia	67
3.1 Crise de legitimidade e riscos à independência do judiciário por atos de <i>Courting-Pack</i>	73
3.2 Promoção de insegurança jurídica e violação do princípio da igualdade	77
3.3 Mitigação do princípio da soberania popular	77
3.4 O efeito <i>backlash</i>	81
Conclusão	84

CAPÍTULO 3

PARADOXOS, UTOPIAS E O FUTURO DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL .89	89
Introdução	89
1. A paradoxal emergência do estado do bem-estar social: por contingência do capitalismo	91
2. A utopia do modelo europeu de seguridade: realidades diferentes em diversos planos..93	93

3. O paradoxo da econômica política: o capitalismo democrático pode ser humanista? ..95	
4. A utopia capitalista da redução da carga tributária: acreditar que é possível compatibilizar redução de tributos e manutenção do estado do bem-estar social.....99	
5. O paradoxo neoliberal da minimização do estado do bem-estar social a contrário senso da maximização dos riscos sociais 101	
6. Paradoxo ultraliberal e neoconservador da minimização do estado social: a falha da racionalidade eficientista econômica..... 103	
7. Paradoxos do “estado maqueiro” (garantidor): a operação de salvamento do sistema financeiro e os reflexos no estado do bem-estar social 104	
8. Da utopia da autossuficiência das normas jurídico-constitucionais à insuficiência do superdiscurso normativo constitucional dos direitos fundamentais..... 109	
9. A proibição de retrocesso social – princípio jurídico ou utopia? 112	
10. O paradoxo reducionista do mínimo existencial: artifício subalternizando os direitos sociais? 114	
11. O paradoxo da hipertrofia da dignidade da pessoa humana: um metadiscurso que apresenta riscos..... 115	
12. A utopia do modelo judicial do juiz Hércules que leva sob os ombros o estado de bem-estar social 116	
Conclusão 118	

CAPÍTULO 4

A EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS 121	
1. Prolegômenos..... 121	
2. Regime jurídico-constitucional dos direitos sociais 122	
3. Regras e princípios constitucionais sobre direitos sociais 125	
4. O mínimo existencial dos direitos sociais e a educação 129	

CAPÍTULO 5

A ESTRUTURA NORMATIVA DOS DIREITOS SOCIAIS DO TRABALHO..... 133	
Introdução 133	
1. Antecedentes históricos da reforma trabalhista no Brasil..... 134	
2. A influência do direito comparado na reforma trabalhista brasileira..... 135	
3. As especificidades da reforma trabalhista brasileira no plano normativo 137	
4. A estrutura normativa dos direitos trabalhistas no plano da autonomia da vontade individual 138	

4.1 A inversão da polaridade da tutela trabalhista no contrato individual de trabalho	138
4.2 A introdução da “livre estipulação” e a sua prevalência sobre a eficácia normativa dos instrumentos coletivos.....	140
5. A estrutura normativa dos direitos trabalhistas no plano da autonomia da vontade coletiva	140
5.1 A prevalência da negociação coletiva sobre a legislação trabalhista	141
5.1.1 A jornada de trabalho sempre pôde ser reduzida, mas jamais ampliada para além dos limites de duração estabelecidos pela constituição	142
5.1.2 Os intervalos para descanso podem ser criados e ampliados à vontade, mas jamais serem suprimidos ou reduzidos	142
5.1.3 Se a lei cria e regulamenta a concessão de um benefício social, cabe apenas a adesão dos interessados	143
5.1.4 A negociação coletiva do regulamento de empresa	144
5.1.5 O enquadramento do grau de insalubridade é dever imposto pela lei previdenciária ao empregador, não podendo ser objeto de negociação coletiva	144
5.1.6 A dispensa de uma formalidade administrativa para estimular a negociação coletiva	146
5.1.7 A regulamentação coletiva da participação em lucros e resultados da empresa, que não é direito regulamentado por lei	146
5.1.8 A instituição da precedência do acordo coletivo de trabalho em relação à convenção coletiva de trabalho	147
5.1.9 A vedação da ultratividade em relação à eficácia temporal das convenções coletivas de trabalho	148
6. A estrutura normativa dos direitos trabalhistas no plano da jurisdição trabalhista.....	148
6.1 A limitação das funções jurisdicionais interpretativa, integrativa e extensiva de direitos trabalhistas, que se impõe a todos os órgãos do poder judiciário	149
6.2 A emissão de definições legislativas com o escopo de desconstruir e “domesticar” a jurisprudência dos tribunais do trabalho.....	153
Conclusão	157

CAPÍTULO 6

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA EFETIVAÇÃO DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS EM PROL DO FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	161
Introdução	161
1. As normas internacionais e nacionais e o direito à educação no Brasil	163

1.1 Os tratados internacionais e de direitos humanos relativos ao direito à educação	163
1.2 Alguns dados da ONU e da UNESCO	165
1.3 O caráter “jus cogens” dos tratados internacionais de direitos humanos	169
2. O contexto normativo doméstico relativo ao direito à educação no Brasil	172
2.1 A Constituição Federal de 1988 e as diretrizes do Governo Federal brasileiro	172
2.2 O Decreto Lei 9.741/2019 e a atuação do ministério público brasileiro	174
2.3 A necessária proibição do retrocesso em direitos educacionais no Brasil	175
3. A necessária atuação política da corte constitucional em prol do fortalecimento do direito à educação no Brasil	176
3.1 Os obstáculos oferecidos pelas cortes brasileiras através de uma jurisprudência defensiva	176
3.2 Quando a corte constitucional deve atuar em questões políticas?	177
4. A necessidade de observância de tratados internacionais de direitos humanos através da adoção dos mecanismos de controle de convencionalidade.....	179
Conclusão	181

CAPÍTULO 7

PERSPECTIVAS DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO COMPARADO BRASIL-UNIÃO EUROPEIA	183
Introdução	183
1. A Conferência de Estocolmo.....	184
2. União Europeia.....	187
2.1 Contribuições da União Europeia para a preservação do meio ambiente.....	188
3. O Brasil.....	189
3.1 Legislações anteriores à Constituição Federal de 1988.....	189
3.2 Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 e leis infraconstitucionais.....	190
4. Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (CNUMAD).....	190
5. Primeiro encontro nacional dos estudantes de direito ambiental – ENEDA	192
6. Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas de 2015 – Paris.....	193
7. Dia da sobrecarga da terra	195
8. Ponto de inflexão da Amazônia	197
Conclusão	198

CAPÍTULO 8

O PAPEL DO ESTADO PORTUGUÊS NO COMBATE AO HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SÉCULO XXI	201
1. Problema: o homicídio em contexto de violência doméstica em Portugal.....	201
2. Evolução das percepções sociais e jurídicas sobre a violência doméstica em Portugal.....	202
3. O papel da lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, no combate à violência doméstica.....	205
4. O impacto da convenção de Istambul no combate ao homicídio em contexto de violência doméstica no século XXI em Portugal.....	206
5. A equipa de análise retrospectiva de homicídio em violência doméstica.....	207
5.1 Apresentação de um dos casos analisados pela EARHVD: o dossiê nº1/2018-ac.....	209
5.2 As conclusões e recomendações da EARHVD no caso vertido no dossiê nº1/2018-ac.....	211
6. Apreciação crítica do papel do estado português no combate ao homicídio em contexto de violência doméstica no século XXI.....	213
Conclusão.....	215

CAPÍTULO 9

O FEMINICÍDIO E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS: DIREITO COMPARADO BRASIL X ESPANHA	217
1. Direitos humanos e seu reconhecimento no plano internacional.....	217
2. A proteção da mulher no plano nacional e internacional: Brasil e União Europeia.....	226
2.1 A proteção da mulher no Brasil.....	226
2.2 A proteção da mulher na União Europeia e na Espanha.....	227
3. Dos desdobramentos sociais do feminicídio.....	229
Conclusão.....	229

CAPÍTULO 10

A LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE FRETAMENTO MARÍTIMO INTERNACIONAL DE CARGA PERSPECTIVAS: BRASIL E PORTUGAL	231
Introdução.....	231
1. Convenções Internacionais sobre Transporte de Mercadorias e sua aplicação.....	233
1.1 Regras de Haia e Haia-Visby.....	234

1.2 Regras de Hamburgo	236
1.3 Regras de Roterdã	239
2. Limitação da responsabilidade civil no Brasil e em Portugal	240
Conclusão	243

CAPÍTULO 11

EFETIVIDADE PROCESSUAL E A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA NO BRASIL	245
1. Introdução: a tutela provisória no processo civil brasileiro.....	245
2. Tutela antecipada antecedente, seu procedimento e a estabilização.....	248
3. Conceito e natureza jurídica.....	250
4. Requisitos para a estabilização.....	252
Conclusão	258

PARTE II - DIREITO E SEUS DESAFIOS TECNOLÓGICOS

CAPÍTULO 12

OS ESPAÇOS DA TECNOLOGIA E DA IDEOLOGIA NO DIREITO	261
1. A ideologia e a tecnologia na constituição.....	261
2. Ciência, tecnologia, energia e sustentabilidade proativa.....	266
Conclusão	269

CAPÍTULO 13

SMART CONTRACTS E OBRIGAÇÕES: CLÁUSULAS AUTOEXECUTÁVEIS COMO INSTRUMENTO PARA UM NOVO EQUILÍBRIO NA ALOCAÇÃO DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO NOS CONTRATOS	271
Introdução	271
1. Tecnologias digitais e a mudança paradigmática decorrente da introdução do código nos contratos.....	272
1.1 <i>Smart contracts</i>	272
1.2 <i>Blockchain</i>	275
2. Autoexecutividade dos <i>smart contracts</i> e redistribuição dos custos de transação para a tutela jurisdicional.....	278
2.1 Busca e apreensão em alienação fiduciária de automóveis.....	279

2.2 Ação de despejo por inadimplemento de alugueres	280
2.3 Contratos de prestação de serviços	281
2.4 Contratos de seguro	282
Conclusão	285

CAPÍTULO 14

NANOTECNOLOGIAS E DESAFIOS À PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NA SOCIEDADE DE RISCO	287
Introdução	287
1. A sociedade de risco e incertezas tecnológicas	289
2. Nanotecnologias e possíveis impactos ao consumidor.....	294
3. Desafios à proteção do consumidor da sociedade de risco	299
Conclusão	303

CAPÍTULO 15

O MODELO <i>OPEN BANKING</i>: O CONSUMIDOR DONO DE SEUS PRÓPRIOS DADOS	305
Introdução	305
1. Momento de oportunidades e inovações	306
2. Bancos de dados e cadastro de consumidores	308
3. Acesso e tratamento dos dados do usuário no sistema financeiro	312
4. O <i>open banking</i>	314
4.1 A resolução conjunta nº 1, de 04 de maio de 2020	317
4.2 A percepção do consumidor: pontos positivos e desafios	318
Conclusão	320

CAPÍTULO 16

OS DESAFIOS DO DIREITO BRASILEIRO NA PROTEÇÃO JURÍDICA DO LIVRE-ARBÍTRIO EM REDES SOCIAIS	323
Introdução	323
1. As redes sociais, os algoritmos e o livre-arbítrio do usuário	326
2. A influência dos por algoritmos em redes sociais.....	328
Conclusão	334

CAPÍTULO 17

TOKENS CRIPTOGRÁFICOS PARA ENERGIA ELÉTRICA	337
1. O futuro da energia.....	338
2. A tokenização da energia.....	342
3. Aplicações da tokenização do setor elétrico.....	345
3.1 Comercialização ponto a ponto (p2p)	345
3.2 Certificados de origem de energia elétrica.....	347
Conclusão	349
REFERÊNCIAS	351
ÍNDICE ALFABÉTICO	379